

ESPORA ENERGÉTICA S.A

Aporé – GO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025 COM
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Fevereiro 2026

Aos Administradores e Acionistas da
ESPORA ENERGÉTICA S/A
Aporé – GO

Ref.: Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2025.

Apresentamos a V. Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – Relatório da Administração
- 2 – Relatório do Auditor Independente;
- 3 – Balanço Patrimonial;
- 4 – Demonstração do Resultado;
- 5 – Demonstração do Resultado Abrangente;
- 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 8 – Notas Explicativas

Relatório da Administração

Breve histórico

Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%. É proprietária de uma linha de transmissão de 104 km.

Mensagem dos diretores

No ano de 2025 a Companhia reafirmou seu compromisso com a sociedade, gerando energia para auxiliar na propulsão da economia da região onde se encontra e atender a demanda exigida no país.

Com as informações que seguem, a Companhia pretende facilitar a compreensão dos resultados do exercício de 2025 e comparativamente de 2024, apresentando os esforços empreendidos para reforçar continuamente a sua eficiência. Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior relevância.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da DATASENIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S., não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse.

Demonstrações contábeis

A Administração revisou e concorda com as demonstrações contábeis e com o relatório dos auditores independentes emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Marcelo Tetsuo Shigueoka

Pedro Luis Sant'Anna



ESPORA ENERGÉTICA S/A

APORÉ – GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025

Fevereiro 2026

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Espora Energética S/A
Aporé – Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ESPORA ENERGÉTICA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ESPORA ENERGÉTICA S/A em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do Auditor Independente”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da Espora Energética S.A é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Espora Energética S.A é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Espora Energética S.A é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Espora Energética S.A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Espora Energética S.A. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, inclusive se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de Fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

DataSenior Auditores Independentes SS
CRC PR-009427/O-0

Hyellen dos Santos Bispo Martins
CRC PR 053849/O-2
Sócia – Responsável Técnica

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	1.395	879	Fornecedores		2.280	104
Aplicações financeiras	5	7.346	13.244	Obrigações trabalhistas		18	17
Contas a receber	6	3.441	3.045	Obrigações fiscais		342	313
Partes relacionadas	7	18.000	-	Imposto de renda e contribuição social		229	446
Adiantamento de fornecedores		728	32	Obrigações com concessão	11	1.733	1.469
Despesas do exercício seguinte		2.990	730	Reembolso a apropriar	12	745	4.499
Outros direitos realizáveis	8	142	129	Outras obrigações	13	15.000	-
		34.042	18.059			20.347	6.847
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	-	-	Obrigações com concessão	11	5.382	5.752
Outros direitos realizáveis	8	870	-	Reembolso a apropriar	12	1.427	-
Imobilizado	9	95.819	99.607	Provisão para Contingencia	14	7.006	7.006
Intangível	10	1.077	1.166	Outras obrigações	13	3.750	-
		97.766	100.773			17.565	12.758
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		131.808	118.832	Capital social	15	80.000	80.000
				Reservas de lucros		15.926	19.226
				Prejuízo Acumulado		(2.030)	-
						93.896	99.226
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						131.808	118.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
(=) Receita operacional	16	38.349	34.581
(-) Custo da energia comercializada	17	(17.748)	(16.233)
(=) Lucro bruto		20.601	18.348
(+/-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.239)	(1.206)
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	(20.000)	-
		(22.239)	(1.206)
(=) Lucro líquido antes das despesas e receitas financeiras		(1.638)	17.141
Receitas financeiras	20	2.045	1.454
Despesas financeiras	20	(122)	(76)
(=) Resultado financeiro líquido		1.923	1.378
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		284	18.519
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(2.314)	(1.685)
(=) Lucro/ Prejuízo líquido do exercício		(2.030)	16.835

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro/ Prejuízo líquido do exercício	(2.030)	16.835
Total do resultado abrangente do exercício	(2.030)	16.835

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.000	13.814	3.376	-	97.190
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.835	16.835
Constituição de reserva legal	-	842	-	(842)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.998)	(3.998)
Dividendos complementares	-	-	-	(10.801)	(10.801)
Retenção de lucros	-	-	1.194	(1.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.000	14.656	4.570	-	99.226
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.030)	(2.030)
Dividendos complementares anteriores	-	-	(3.300)	-	(3.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>80.000</u>	<u>14.656</u>	<u>1.270</u>	<u>(2.030)</u>	<u>93.896</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de Reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(2.030)	16.835
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	3.899	3.923
(+) Amortização do custo sobre uso do bem público	89	60
(+) Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.314	1.685
	<u>4.272</u>	<u>22.502</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(-/+) Aumento líquido/(diminuição) nos contas a receber	(396)	592
(-/+) (Diminuição)/aumento líquido nos impostos a recuperar/pagar	29	237
(+/-) (Diminuição)/aumento líquido em fornecedores	2.176	(51)
(+/-) Diminuição em outras contas a receber/pagar	12.584	4.125
(+/-) Diminuição em impostos pagos sobre o lucro	(2.531)	(1.685)
(+/-) Obrigação com a concessão	(106)	(747)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	16.028	24.972
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira	5.898	(13.243)
Aquisição de ativo imobilizado	(111)	(273)
Direitos com partes relacionadas	(18.000)	-
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(12.213)	(13.516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos de exercícios anteriores	(3.300)	(14.799)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	(3.300)	(14.799)
(=) Aumento/ Redução líquido de caixa e de equivalentes de caixa	516	(3.343)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	879	4.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.395	879
(=) Aumento/Diminuição líquido do caixa e de equivalentes de caixa	516	(3.343)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Espora Energética S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, com Sede na Fazenda Correntão s/n° Município de Aporé (Goiás).

Tem como objetivo e finalidade a exploração de concessão de usina hidrelétrica no Rio Corrente, nos municípios de Aporé e Serranópolis, no sudoeste do Estado de Goiás, mediante sua construção, instalação e venda da energia ali produzida com autorização do poder concedente.

Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%, sendo também proprietária de uma linha de transmissão de 104 km.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado e obteve da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, mediante Contrato de Concessão nº 13/2001-ANEEL - AHE Espora, autorização para o uso do bem público para geração de energia elétrica do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Corrente, com potência instalada mínima de 32 MW, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 15 de março de 2001. Conforme Resolução Autorizativa nº 6.096 de 2016 foi alterada o termo final da outorga da concessão para 18 de janeiro de 2037. Ainda conforme Resolução Homologatória N° 2.932 de 2021, o prazo final de concessão foi postergado por 1.168 dias, finalizando em 31 de março de 2040.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: Nota 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

feitas pela lei.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

(a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A entidade reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro no seu balanço patrimonial/demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de

juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no

balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL (RESOLUÇÃO ANEEL NO 044, DE 17 DE MARÇO DE 1999), as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens.

Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas.

Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

(d) Intangível

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento e aquisições de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(e) Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais a ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

(g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

(h) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(i) Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

(j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa auferir receita de intermediação através de uma plataforma digital. As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos.

De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração da Empresa analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Empresa com os produtos

(k) Tributação

A empresa optou pelo recolhimento de seus tributos no lucro presumido, sob o regime de caixa, onde o imposto de renda tem presunção de 8% e 12% na contribuição social corrente sobre sua receita operacional. A partir da base tributária, são calculados os impostos nas alíquotas de 15% para IR, acrescidas do adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 60 mil

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(base trimestral), conforme legislação vigente, e 9% sobre a base para a contribuição social corrente. Quando aplicável é compensado o IRRF retido sobre os ganhos de aplicação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

4. Caixas e equivalentes de caixa

Os valores relativos ao caixa e equivalentes de caixa na data do balanço discriminam-se como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	1	1
Contas Correntes Bancárias	1.394	878
	<u>1.395</u>	<u>879</u>

5. Aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras	7.346	13.244
	<u>7.346</u>	<u>13.244</u>
Circulante	7.346	13.244
Não circulante	-	-
	<u>7.346</u>	<u>13.244</u>

6. Contas a receber

Refere-se à energia gerada e comercializada referente ao mês de dezembro de 2025. Os saldos encontram-se na faixa de a vencer até 30 dias.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes Energia	3.441	3.045
	<u>3.441</u>	<u>3.045</u>

A Companhia não tem histórico de perdas por não recebimentos destes valores, motivo pelo qual não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

7. Partes Relacionadas

	2025	2024
CMSA	4.500	-
J6 ENERGIA	9.900	-
LAR PARTICIPAÇÕES	900	-
MORA PARTICIPAÇÕES	450	-
PLANEX	2.250	-
	18.000	-

8. Outros direitos realizáveis

	2025	2024
IRPJ e CSLL a Compensar	142	129
Depósitos judiciais	870	-
	1.012	129
Circulante	142	129
Não circulante	870	-
	1.012	129

9. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (impairment).

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	2025	2024
Terrenos	-	12.355	-	12.355	12.355
Edificações	2,00 a 3,33%	8.383	(3.291)	5.092	5.244
Máquinas e Equipamentos	2,00 a 16,67%	145.231	(66.933)	78.298	81.916
Móveis e Utensílios	6,25 a 16,67%	135	(92)	44	39
Veículos	14,29%	383	(352)	30	53
		166.487	(70.668)	95.819	99.607

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

A movimentação do imobilizado ocorreu conforme segue:

Movimentação	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	12.355	5.244	81.916	38	54	99.607
Adições	-	31	71	9	-	111
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(183)	(3.689)	(4)	(23)	(3.899)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	<u>12.355</u>	<u>5.092</u>	<u>78.298</u>	<u>43</u>	<u>31</u>	<u>95.819</u>

10. Intangível

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Nota Explicativa nº 11).

	2025	2024
Direitos de Uso do Bem Público - UBP	<u>1.077</u>	<u>1.166</u>
	<u>1.077</u>	<u>1.166</u>

A movimentação do intangível ocorreu conforme segue:

Movimentação	Intangível	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2025	1.166	1.166
Amortização do exercício	(89)	(89)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	<u>1.077</u>	<u>1.077</u>

11. Obrigações com concessão

	2025	2024
Uso do Bem Público (a)	<u>6.109</u>	<u>6.428</u>
Pesquisa e Desenvolvimento (b)	<u>1.006</u>	<u>793</u>
Totais	<u>7.115</u>	<u>7.221</u>
Circulante	1.733	1.469
Não circulante	<u>5.382</u>	<u>5.752</u>
	<u>7.115</u>	<u>7.221</u>

(a) Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

- UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 10. A atualização do passivo está sendo registrado no grupo de outras despesas no resultado;

(b) Valores a pagar aos institutos de pesquisas referentes aos gastos incorridos no desenvolvimento de pesquisas e análise de projetos;

12. Reembolso a apropriar

	2025	2024
Outras contas a pagar	-	4.499
Reembolso a Apropriar	2.172	-
	<u>2.172</u>	<u>4.499</u>
Circulante	745	
Não Circulante	1.427	

A Companhia teve a paralisação de um dos geradores para fins de manutenção ocasionando a interrupção na geração de energia por este gerador ocasionando uma penalidade aplicada pela CCEE que está sendo liquidada mensalmente em 60 parcelas, essa interrupção tem cobertura de seguro o qual foi acionado e devidamente liquidado pela Seguradora, o reconhecimento do seguro segue o mesmo fluxo financeiro da cobrança da penalidade. Em 31/12/2025 o prazo remanescente é de 35 meses.

13. Outras obrigações

	2025	2024
Ações de Natureza Civil	18.750	-
	<u>18.750</u>	<u>-</u>
Circulante	15.000	-
Não circulante	3.750	-
	<u>18.750</u>	<u>-</u>

Referem-se a provisão do termo de compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado de Goiás, sendo a contrapartida do valor registrada no grupo de outras despesas não operacionais e valores a pagar sobre danos apurados decorrentes do rompimento parcial da barragem da UHE Espora Energética.

14. Provisão para contingências

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com probabilidade de perda “provável” com as ações em curso, como segue:

	2025	2024
Ações de Natureza Indenizatória	7.006	7.006
	<u>7.006</u>	<u>7.006</u>

Da análise dos relatórios de processos apresentados pelos advogados da Companhia, verificou-se a existência de discussões com objeto indenizatório propostos pelo ICMBio e Ministério Público: a) administrativo no valor total de R\$ 59.751.898,74; e b) judicial cível no valor total de R\$ 18.195.805,58, que possuem o mesmo fato de origem, sendo diagnosticados pelos advogados da Companhia com probabilidade de perda possível.

15. Patrimônio líquido

A Companhia tem como acionista majoritário a JMALUCCELLI ENERGIA S/A com 55,00% de participação do seu capital social e os acionistas CMSA Participações S/A com 25%, Planex Engenharia Ltda. com 12,50%, Lar Participações Ltda com 5,00% e Mora Participações Ltda com 2,50% de participação do seu capital social.

(a) Capital social

A Companhia possui capital social autorizado de R\$ 100.000 (R\$ 100.000 em 2024), dividido em 200.000 ações ordinárias (200.000 em 2024), todas elas nominativas e sem valor nominal, estando integralizado em R\$ 80.000 em 2025 (R\$ 80.000 em 2024).

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais atinentes à matéria, quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei.

A Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 3.300 a título de dividendos complementares relativos de exercícios anteriores.

Os dividendos mínimos foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(2.030)	16.835
(-) Reserva legal (5%)	-	(842)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(2.030)	15.993
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	3.998

(c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados e para aumento de capital.

(d) Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 25% (vinte e cinco por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

(e) Remuneração da Administração

Em 2025 não houve valor pago a título de remuneração à Administração (pró-labore). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

16. Receita operacional líquida

A seguir segue a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado:

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contratos venda energia	38.302	35.150
Outras receitas	1.860	1.108
Impostos e contribuições	(1.813)	(1.677)
	<u>38.349</u>	<u>34.581</u>

17. Custo da energia comercializada

O custo das vendas compõe-se, basicamente, pelas seguintes rubricas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(2.854)	(2.795)
Encargos de transmissão	467	(385)
Depreciação	(3.929)	(3.923)
Serviços de terceiros	(7.481)	(6.794)
Gastos utilização recursos híbridos	(1.311)	(1.112)
Pessoal	(131)	(112)
Material	(494)	(221)
Seguro Operacional	(1.560)	(1.382)
Outros custos	(455)	490
	<u>(17.748)</u>	<u>(16.233)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas discriminam-se conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	(1.993)	(1.124)
Despesas com pessoal	(163)	-
Depreciação	(59)	(60)
Despesas gerais e administrativas	(23)	(12)
Despesas tributárias	(1)	(10)
	<u>(2.239)</u>	<u>(1.206)</u>

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

As outras receitas/(despesas) operacionais discriminam-se conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	(20.000)	-
	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>

Referem-se a provisão do termo de compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado de Goiás, sendo a contrapartida do valor registrada no

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

grupo de outras despesas não operacionais e valores a pagar sobre danos apurados decorrentes do rompimento parcial da barragem da UHE Espora Energética conforme abertura nota explicativa nº 13.

20. Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro discrimina-se como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras	2.045	1.454
Receitas com aplicação financeiras	2.923	993
Variações monetárias	-878	461
Despesas financeiras	(122)	(76)
Outras	(122)	(76)
	<u>1.923</u>	<u>1.378</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social da Companhia são apurados pelo regime do lucro presumido, conforme o previsto na Lei nº 10.637 de 2002, artigo 46, com períodos de apuração trimestrais. O imposto de renda e contribuição social correntes estão apresentados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Apuração lucro presumido		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção	38.302	35.150
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32% Prest. Serviço	1.860	1.108
Outras receitas sujeitas a alíquota integral	2.045	1.454
Base de cálculo imposto de renda	6.462	4.649
Base de cálculo contribuição social	8.012	5.828
Imposto de renda (alíquota 15%)	969	697
Adicional IR (alíquota 10%)	622	441
Contribuição social (alíquota 9%)	723	547
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.314	1.685

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

22. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados discriminam-se como segue:

(a) Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	1.395	879
Aplicações Financeiras	7.346	13.244
Contas a receber	3.441	3.045
Outros	3.860	891
Partes Relacionadas	18.000	-
	<u>34.043</u>	<u>18.059</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Fornecedores	2.280	104
Obrigações com concessão	1.733	1.469
Outras Obrigações	18.750	-
Reembolso a apropriar	745	4.499
Obrigações com concessão	5.382	5.752
	<u>28.890</u>	<u>11.824</u>

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

	2025		2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	1.395	1.395	879	879
Aplicações financeiras	7.346	7.346	13.244	13.244
Contas a receber	3.441	3.441	3.045	3.045
Outros	3.860	3.860	891	891
Partes Relacionadas	18.000	18.000	-	-
	<u>34.043</u>	<u>34.043</u>	<u>18.059</u>	<u>18.059</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	2.280	2.280	104	104
Obrigações com concessão	1.733	1.733	1.469	1.469
Reembolso a apropriar	745	745	4.499	4.499
Obrigações com concessão	5.382	5.382	5.752	5.752
Outras Obrigações	18.750	18.750	-	-
	<u>28.890</u>	<u>28.890</u>	<u>11.824</u>	<u>11.824</u>

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros contra riscos operacionais da Companhia possuíam a seguinte composição:

<u>Cobertura</u>	<u>2025</u>
Danos materiais	345.217
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade civil	38.004

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Conselho de Administração

Secretária
Presidente
Conselheiro
Suplente
Conselheiro
Suplente

Fernanda Forbeck de Castro Sawaia
Rodrigo Nicoletti Alves
Leonardo de Queiroz Sant'Anna
Pedro Luis Sant'Anna
Orlando Marcio Gomes Novaes
João Artur Rassi

Diretoria

Diretor Superintendente
Diretor Adm. Financeiro

Marcelo Tetsuo Shigueoka
Pedro Luis Sant'Anna

Contabilista

Valdecir Ferraz Machado - CRC/PR 025.494/O-4